

Memorando do Workshop 5



<http://jaga.afrique-gouvernance.net>

Criar condições de Segurança e de uma Paz Durável para Todos

Contexto e Problemática

De acordo com os termos de referência, o Workshop 5 referente às condições de segurança para todos, teve como principal objectivo, responder a 5 questões. No entanto, para incentivar a participação activa na discussão, o grupo adoptou uma metodologia de trabalho permitindo que os participantes, compartilhassem, por um lado, as suas experiências e pontos de vista acerca de cada uma das questões, e por outro, a questão da prevenção e gestão de conflitos. Deste modo, a reflexão levada a cabo permitiu:

- Fazer um inventário das ameaças à segurança e fontes de conflitos, discutir a eficácia dos mecanismos de prevenção, gestão e resolução existentes bem como o seu impacto no terreno e realidade do quotidiano;
- Identificar as tendências, evolução e benefícios,
- Identificar os principais problemas e desafios, os objectivos estratégicos de mudança e acções de estruturação,
- E, por último, identificar os diferentes atores e definir o seu papel e lugar na criação de condições de segurança e de paz durável para todos.

Questão fundamental, em relação à crise em muitos países africanos, a questão da paz e segurança duradouras é um dos grandes problemas na governação, na medida em que questiona os fundamentos institucionais dos Estados-nação pós-coloniais. A reconstrução da governação anda de mãos dadas com a segurança e a paz, sem as quais todos os esforços desenvolvimento económico e social estão, à partida, comprometidos.

Esta síntese faz um resumo de cada um destes pontos. Baseia-se em três pontos, tendo em conta a estrutura proposta pela organização: os resultados, as questões e os desafios, bem como as propostas de objectivos estratégicos e acções estruturantes relacionadas com as funções e responsabilidades das diferentes categorias de atores.

1 – Apreciação

Das reflexões e discussões tidas durante o workshop, conclui-se que, apesar da relativa pacificação da política através do processo de democratização, a questão da segurança e da paz continua a ser uma preocupação para os Estados cujas instituições esforçam-se para garantir a segurança de todos os seus cidadãos. Os Processos institucionais, decorrentes da democratização das sociedades, ainda não conseguiram criar as condições para uma paz

duradoura, apoiada em mecanismos de prevenção, gestão e resolução de conflitos a nível das ameaças à paz e à estabilidade política e social.

Essas ameaças, muitas vezes inerentes aos processos institucionais que são construídos sem referência aos reais valores, princípios e realidades das sociedades africanas muitas vezes transformam-se em conflito aberto e violência em vários países.

Os mecanismos modernos para a prevenção, gestão e resolução ainda não produziram o efeito desejado. Ao mesmo tempo, os mecanismos tradicionais em que as sociedades africanas foram baseadas antes da colonização e os estados pós-coloniais não são suficientemente utilizados como uma alternativa.

Além disso, o processo de construção e formação para a cidadania não é capaz de construir nas pessoas um forte sentimento de pertença a um destino comum.

Finalmente, num mundo onde as mudanças e as ameaças, são cada vez mais imprevisíveis e preocupantes, os Estados africanos enfrentam enormes desafios na luta contra a pobreza (ver as condições precárias de vida da maioria da população) e na instauração uma boa governação. Estas dificuldades contribuem para distanciar as instituições da sociedade e para deslegitimar a acção pública.

A competição por recursos e poder (do local ao nacional) geralmente provoca posturas ou lógicas de confronto prejudiciais à paz e à segurança humana, devido à **ausência de mecanismos para regular as relações entre as diferentes categorias de atores, a prevenção, gestão e resolução de conflitos, reconhecida e compartilhada por todos.**

No geral, a África é ameaçada pelo **crime urbano e suburbano crescente**, por **conflitos decorrentes de disputa de terras**, pela **escassez de recursos naturais e desequilíbrios ambientais**, uma **criminalidade transfronteiriça e transnacional crescente** dominada pelo **tráfico de drogas, de armas, tráfico humano**, e, especialmente, um **terrorismo internacional desenfreado e que se regenera na pobreza e a miséria.**

Este contexto compromete a segurança humana e desenvolvimento económico e social dos Estados, enfraquecendo os processos democráticos e progressivamente destruindo os fundamentos de "viver em conjunto" tendo como resultado a desigualdade e a injustiça social e a desintegração do Estado e da sua autoridade.

Esta situação resulta, de acordo com o grupo, em quatro falhas principais: i) De Visão, ii) De Estratégia iii) De Comunicação, e iv) De Meios.

Além disso, dos debates e discussões do workshop, conclui-se que as principais fontes de conflito em África incluem:

- **A má governação** que exclui a maioria da gestão, o lucro e o controlo da acção pública (exclusão e marginalização no acesso aos bens e aos serviços públicos),
- **A fraqueza da subsidiariedade activa** entre Estados (regional, entre o Estado e as colectividades locais,
- **A instrumentalização e politização das forças de defesa** e de segurança pelos líderes,
- **A competição pelo acesso ao poder e aos recursos** (eleições, culturas políticas e práticas dos líderes, terra, recursos minerais, água, etc.),
- **A intolerância e rejeição da diversidade** (conflitos étnicos e/ou religiosos deslocação da população, migração),
- **O desmoronamento dos valores tradicionais** e dos processos socialização dos indivíduos,
- **Os litígios políticos** ou a crise das formas de representação (liderança política, etc.),

- A ineficiência ou **a crise nos mecanismos modernos de regulação social** (falta de capacidade de antecipar e reagir adequadamente),
- **O Terrorismo,**
- **A intolerância religiosa,**
- **O tráfico em todas as suas formas** (armas, drogas, humano, etc.),
- **A predação e pilhagem dos recursos naturais**, muitas vezes com a cumplicidade das grandes companhias multinacionais,
- Etc.

2 - Problemas e desafios

As questões de segurança ultrapassam as fronteiras nacionais. Elas envolvem a articulação das escalas territoriais (local, nacional e regional), de modo a ter em conta a diversidade de atores, a sua participação e responsabilidade na reflexão, o desenvolvimento e implementação de políticas de segurança. Podemos retirar assim 5 questões importantes:

- **A reforma, construção e fortalecimento do Estado de Direito** com as instituições republicanas fortes e estáveis;
- A Construção de um **desenvolvimento económico** para garantir o acesso da população aos direitos sociais e económicos para evitar a predação e a pilhagem dos recursos naturais por empresas multinacionais;
- A reconstrução do sector da segurança, **combinando os mecanismos tradicional e moderno** de modo a legitimar e tornar operacionais, os atores envolvidos, através de um domínio do ambiente institucional e político;
- Abertura de um **diálogo construtivo e inclusivo entre os atores** de modo a se avançar para compromissos colectivos, tendo em conta todos os níveis de governação;
- **Fortalecimento das instituições regionais africanas** proporcionando-lhes poder de coerção, o direito e o dever de intervir para evitar crises sempre que as trajectórias do governo se desviem do Estado de direito;
- Assim, podemos reter, essencialmente, que além de observações, o workshop focou-se mais numa reflexão prospectiva numa tentativa de fornecer respostas ao contexto acima apresentado que deixa muito a desejar. Esta reflexão exige, antes de mais, uma compreensão dos problemas reais. Destas questões surgem objectivos estratégicos e propostas de acções estruturantes, tendo em conta a diversidade de atores e a necessária inclusão nas abordagens e estratégias. O grupo tentou também definir o papel e responsabilidades dos actores.

3 - Propostas de acções estruturantes, papéis e responsabilidades dos atores

Com base nestas questões e desafios o workshop propõe objectivos estratégicos e acções estruturantes e, finalmente, os papéis e as responsabilidades dos actores. Estas propostas estão divididas em quatro categorias de atores: **Institucionais** (Estado e suas instituições, autoridades locais, etc.); **Não Institucionais** (sociedade civil, sector privado, comunidades religiosas e costumeiras, actores tradicionais, pessoas capacitadas, etc.); **Organizações Regionais e Africanas** (UEMOA, da CEDEAO, SADC, União Africana, etc.); **Parceiros e a Comunidade Internacional**. As propostas incluem:

- A nível dos actores institucionais: O Estado e as Autoridades Locais:**

- Desenvolver um inventário dos actuais mecanismos tradicionais, das suas modalidades de adaptação e activação;
- Mapeamento de zonas de conflito, de acordo com sua tipologia e identificar soluções;
- Criar as condições de confiança entre as forças de segurança e manutenção da paz e as populações;
- Redefinir os papéis de cada actor tendo em conta todas as escalas territoriais;
- Formar cidadãos conscientes dos valores da república, da nação e da cidadania;
- Identificar, documentar e institucionalizar mecanismos tradicionais que constituam instrumentos eficazes e adaptados de prevenção, gestão e resolução de conflitos;
- Criar uma ponte eficaz entre os mecanismos modernos e tradicionais;
- Identificar os princípios e métodos para a reconstrução, reinventar;
- Desenvolver e implementar sistemas de ensino reais, capazes de formar cidadãos responsáveis, conscientes do seu papel e responsabilidades, valores e princípios de convivência e das exigências de defesa e segurança;
- Fazer das forças de defesa e de segurança agentes do desenvolvimento através de novas práticas de construção social e económica;
- Construir instituições de defesa e segurança fortes, legítimas e operacionais;
- Criar um ambiente institucional e legal que permita reduzir a predação e a pilhagem dos recursos naturais por parte das multinacionais;

b) A nível dos actores não institucionais:

- Colocar os jovens e as mulheres no centro das políticas de desenvolvimento, da promoção da segurança humana, a condição *sine qua non* de paz sustentável;
- Ajudar a promover valores positivos e mecanismos endógenos para a prevenção, gestão e resolução de conflitos;
- Informar, educar, sensibilizar e ajudar na formação da opinião pública, com engajamento na preservação e promoção da segurança humana;
- Educar as crianças num espírito de preservação e protecção da segurança humana;
- Promover e divulgar o seu papel, conhecimento e experiência na prevenção e resolução de conflitos;

c) A nível das entidades regionais e africanas:

- Criar estruturas especializadas, com filiais a nível nacional no que diz respeito às questões religiosas, étnicas, latifundiárias, etc.;
- Fortalecer a capacidade de antecipação e pró-atividade das autoridades regionais de modo a prevenir conflitos e assegurar a segurança de todos os estados;
- Desenvolver uma visão e uma estratégia comum de defesa e segurança;
- Facilitar a colaboração e a sinergia entre as forças de defesa e segurança em diferentes países;
- Dotar as autoridades regionais e africanas de capacidade de injunção e apropriação, bem como implementação dos instrumentos existentes, em determinadas entidades regionais;
- Apropriação e implementação dos instrumentos existentes, em determinadas entidades regionais;

d) A nível de parceiros técnicos e financeiros e da comunidade internacional:

- Integrar a segurança em todo o projecto de governação democrática e no desenvolvimento económico e social a nível nacional e regional;
- Acompanhar e apoiar o continente africano na construção de uma visão, uma estratégia e de um plano operacional de segurança que alie os mecanismos tradicional e o moderno;
- Apoiar a formação de novas forças de defesa e segurança, que estejam conscientes dos problemas existentes e, conseqüentemente, bem equipadas.

A tabela abaixo apresenta um resumo mais detalhado das propostas do workshop acerca cada um destes pontos:

| Problemas e Desafios | Evolução, tendências e benefícios | Objectivos estratégicos e acções estruturantes | Papel e responsabilidades dos atores |
|--|---|---|---|
| <ul style="list-style-type: none"> • Combinar a segurança e a paz nas abordagens para gestão de conflitos • Controle do ambiente institucional, político, dos atores que representam o estado, das pessoas e das forças de segurança • Controle do ambiente institucional, político, dos atores que representam o estado, das pessoas e das forças de segurança • Diálogo construtivo e inclusivo entre os actores e trabalhar no sentido de compromissos coletivos considerando todos os níveis de governação • A instauração de regimes democráticos reais • A necessidade de ter em conta a questão da justiça social, a igualdade de acesso ao conhecimento e ao serviço publico • Aliar a construção da paz ao desenvolvimento económico | <ul style="list-style-type: none"> • A maioria das questões de defesa e segurança ultrapassam os limites fronteiriços • Insuficiência de resultados, mecanismos modernos e tradicionais não considerados nos instrumentos para a prevenção e resolução de conflitos • Os conflitos acontecem principalmente devido a rupturas sociais e políticas • Os princípios de boa governação, os valores endógenos podem alimentar mecanismos de regulação • Necessária apropriação de mecanismos de regulação dos conflitos, pelas populações • Necessidade de encontrar mecanismos africanos que regulem os conflitos atendendo aos contextos específicos e plurais dos seus palcos • Importância da abordagem cultural para a prevenção, gestão e resolução de conflitos | <ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver um inventário dos actuais mecanismos tradicionais, os métodos de adaptação e activação • Mapeamento das zonas de conflito, de acordo com sua tipologia e identificar soluções • Criar as condições de confiança entre as forças de segurança e manutenção da paz e as populações • Redefinir os papéis de cada actor tendo em conta todas as escalas territoriais • Formar cidadãos conscientes dos valores da república, da nação e da cidadania • Identificar, documentar e institucionalizar mecanismos tradicionais que constituam instrumentos eficazes e adaptados de prevenção, gestão e resolução de conflitos • Criar uma ponte eficaz entre os mecanismos modernos e tradicionais | <p>Governo:</p> <p>a) O Governo central</p> <ul style="list-style-type: none"> • Estabelecer a boa governação e implementar políticas de desenvolvimento económico equitativo • Promoção, protecção e defesa dos direitos humanos • Desenvolver políticas de segurança a partir de mecanismos reconhecidos, partilhados e aceites pela sociedade • Abrir o debate sobre segurança a todos os actores • Desenvolver uma estreita colaboração entre os países, nas áreas regionais de modo a compartilharem recursos, informação e dispositivos <p>b) As Forças de Segurança:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Investir na formação para melhor aprender, compreender e respeitar a sua missão • Abster-se de compromissos políticos • Abrir-se às populações de modo a assegurar condições de estreita colaboração <p>c) O poder local</p> |

- Reconhecer a segurança humana (satisfação das necessidades básicas), como base para a acção pública
 - Criar as condições dignas de vida para as populações
- Necessidade de considerar a questão da segurança como factor libertador do medo e da carência
 - O reconhecimento da importância do acesso aos direitos políticos e económicos (bens e serviços públicos, direitos humanos, etc.)
 - A necessidade de instauração do princípio da precaução (a começar ao nível da família, seguindo-se a vizinhança, o bairro, municípios, regiões, países da sub-região e do continente)
- Identificar os princípios e métodos para a reconstrução, reinventar
 - Desenvolver e implementar sistemas de ensino reais, capazes de formar cidadãos responsáveis, conscientes do seu papel e responsabilidades, valores e princípios de convivência
 - Fazer das forças de defesa e de segurança agentes do desenvolvimento através de novas práticas de construção social e económica
 - Criar estruturas especializadas e de descentralização a nível nacional em matéria religiosa, étnica, de posse terras, etc.
 - Construir instituições de defesa e segurança fortes, legítimas e operacionais;
 - Integrar a segurança em todo o projecto de governação democrática e no desenvolvimento económico e social a nível nacional e regional
 - Fortalecer a capacidade de antecipação e pró-atividade das autoridades regionais de modo a prevenir conflitos e assegurar a segurança de todos os estados
 - Colocar os jovens no centro das políticas de desenvolvimento, da promoção da segurança humana
- Assegurar a prevenção, a gestão da proximidade e a resolução de conflitos locais envolvendo todos os atores locais
 - Identificar, adaptar e, se necessário, activar os mecanismos locais de regulação de conflitos
 - Fortalecer a cooperação transfronteiriça em matéria de segurança e a convivência pacífica nessas áreas
- Sociedade Civil:**
- Reforçar a sua capacidade de influenciar as políticas de segurança
 - Promover, proteger e defender os direitos humanos
 - Educar os cidadãos com base nos princípios e valores endógenos
 - Assegurar o controle das acções pelos cidadãos, desafiar as políticas e garantir a preservação da paz social
 - Contribuir para a apropriação das políticas públicas, das estratégias e participação na sua implementação pelas populações
- Instituições regionais e africanas:**
- Desenvolver uma visão comum e uma estratégia de defesa e segurança
 - Dotar os organismos regionais e africanos de capacidade de injunção e apropriação, bem como implementação dos instrumentos existentes, em

determinados órgãos regionais;

Os parceiros e a Comunidade internacional:

- Acompanhar e apoiar o continente africano na construção de uma visão, uma estratégia e de um plano operacional de segurança que alie os mecanismos tradicional e o moderno
- Apoiar a formação de novas forças de defesa e segurança conscientes e equipadas de acordo

Os restantes actores:

a) As comunidades:

- Ajudar a promover valores positivos e mecanismos endógenos para a prevenção, gestão e resolução de conflitos

b) Os Meios de comunicação:

- Informar, educar, sensibilizar e contribuir para a formação da opinião pública, envolvendo-se na preservação e promoção da segurança humana

c) As mulheres e a família:

- Educar as crianças no espírito de preservação e protecção da segurança humana

d) Os Comunicadores tradicionais:

- Promover e divulgar o seu papel, conhecimento e experiência na prevenção e resolução de conflitos